

Acessibilidade: um grande desafio



Paulo Damasceno

Secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente

paulodamasceno@salvador.ba.gov.br

A Constituição Federal assegura a todos os brasileiros o direito de ir e vir, num sentido cuja amplitude nem sempre é bem compreendida. Em verdade, nesse caso, ir e vir não pode ser entendido apenas como liberdade para se tráfegar em qualquer ponto do território nacional. É muito mais que isso. O artigo constitucional pretende também assegurar a todos os cidadãos, sem exceção, as condições necessárias para se locomover de forma autônoma e independente nas ruas, transportes públicos e em estabelecimentos prestadores de serviços, sejam privados ou estatais. Ou seja: a plena acessibilidade, fundamental para os portadores de necessidades especiais.

O tema está no centro das discussões sobre planejamento urbano, e em Salvador não é diferente. Até o final de maio, um passo importante será dado pela administração municipal, no sentido de formular uma política que venha a promover de forma efetiva e eficiente a garantia de acessibilidade plena em nossa capital. Trata-se da implantação da Comissão Permanente de Acessibilidade do Município de Salvador (CPA), formada por 21 integrantes, representando diversos setores da sociedade, que terão a incumbência de discutir e formular as diretrizes que vão nortear as ações para garantir a todos os baianos, em especial os portadores de necessidades especiais, a autonomia para ir e vir.

Entidades como o Conselho Municipal do Idoso, associações ligadas aos portadores de necessidades especiais, Ordem dos Advogados, Instituto dos Arquitetos, universidades vão ter a responsabilidade de contribuir na formulação, acompanhar, fiscalizar e cobrar políticas e ações que venham garantir a plena acessibilidade.

O desafio não é pequeno. A questão é mais que urgente, em função de que o tema não pode ser mais adiado, já que o crescimento contínuo da cidade tem agravado em muito as condições da acessibilidade. Áreas como a Avenida Sete de Setembro e o seu entorno, no Centro Histórico, e a Avenida Tancredo Neves, na região do Igua-

temi, que concentram grande parte da vida ativa da capital, não asseguram minimamente as condições de ir e vir a grande parcela da sociedade. E o transporte público, apesar da melhoria com o maior número de ônibus com acessibilidade para cadeirantes, ainda precisa evoluir de forma global.

A urgência se dá também pelo momento singular, diante da expectativa de intervenções importantes na infraestrutura urbana de Salvador, em função da Copa do Mundo. Esses projetos que vão contemplar principalmente as áreas de trânsito e transporte e que vêm sendo chamados genericamente de acessibilidade têm que ser elaborados com a preocupação de que essa acessibilidade não seja direcionada apenas para os automóveis, mas principalmente para as pessoas, incluindo, obviamente, os portadores de necessidades especiais.

Calçadas especiais, rampas em locais estratégicos, elevadores em estabelecimentos de prestação de serviços, estações de embarque perfeitamente adaptadas a qualquer cidadão são alguns exemplos de preocupações que precisam estar presentes na elaboração desses projetos.

É preciso registrar que, mesmo antes da escolha do Brasil para sediar a Copa, a atual administração municipal já se preocupava com o tema. As estações do metrô e o projeto de reforma da Estação da Lapa são exemplos de plena acessibilidade que precisam agora estar presentes em todos os projetos de iniciativa ou que necessitem da aprovação do município. Esse será o desafio maior da CPA.

Áreas que concentram grande parte da vida ativa da capital não asseguram as condições de ir e vir